



Boletim do Museu Paraense Emílio

Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

boletim.humanas@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emílio Goeldi

Brasil

Ferraro, Mário Roberto

A agricultura moderna no Planalto Central: a experiência da Colônia Blasiana (1881-1895), na atual Luziânia, Goiás, Brasil

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 11, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 769-789

Museu Paraense Emílio Goeldi

Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054354013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A agricultura moderna no Planalto Central: a experiência da Colônia Blasiana (1881-1895), na atual Luziânia, Goiás, Brasil Modern agriculture in the Planalto Central: the experience of Colônia Blasiana (1881-1895), in Luziânia, Goiás, Brazil

Mário Roberto Ferraro

Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, Goiás, Brasil

**Resumo:** A Colônia Blasiana foi uma instituição de ensino criada para acolher crianças negras órfãs, beneficiadas pela lei do Vento Livre. Funcionava também como escola agrícola. Seu modelo era o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Foi investigada a hipótese de ela ter sido um referencial na modernização da agropecuária goiana e de ela ser, possivelmente, um espaço de produção científica no Planalto Central. De fato, sua contribuição foi importante, pois instituiu práticas modernizantes no trato das coisas do campo, tais como irrigação, plantação em linha, introdução de novas espécies, aclimatação de espécies vegetais e de animais exóticos ao cerrado, criação de gado em estábulos, cura de moléstias, dentre outras, apoiadas nos conhecimentos científicos de seu diretor, Joseph de Mello Álvares, um autodidata versado sobre os mais diversos assuntos. Não foi possível avaliar o impacto da instituição na agricultura goiana como um todo. Quanto ao fato de ser uma instituição de produção de conhecimentos científicos, a hipótese não se confirmou. Faltavam-lhe pesquisadores capacitados e um guia curricular, com programas claramente definidos para a escola, embora houvesse uma boa biblioteca, com o mais atualizado acervo da produção científica nacional sobre o tema. Também não foi possível apurar se os experimentos com aclimatação eram cientificamente controlados.

**Palavras-chave:** Colônia Blasiana. Agricultura moderna. Goiás. Século XIX.

**Abstract:** The Colônia Blasiana was an educational institution created to accommodate orphaned black children freed by the Free Womb Law. It took on the model of the Imperial Institute Fluminense of Agriculture. In this study, we investigated the possibility that the colony Blasiana has been a reference for the modernization of agriculture in Goiás as well as whether it constituted a space for scientific knowledge production in the Brazilian 'Planalto Central'. Indeed, its contribution was important because it introduced modern agricultural practices such as irrigation; planting in rows; introduction and acclimatization of plant and domestic animals not native of the savanna; cattle breeding in the stables; disease cure cattle etc., based on scientific knowledge of its director, Joseph de Mello Álvares, a self-taught man versed on various subjects. It has not been possible to evaluate the impact of the institution in agriculture and livestock in the region. The hypothesis that Colônia Blasiana was an establishment producer of scientific knowledge was not proven. Although there was a good library with current scientific literature on the subject, the lack of qualified researchers and curriculum guide with clearly defined programs was an obstacle. It wasn't possible either to determine if the acclimatization were held with scientifically controlled experiments.

**Keywords:** Colonia Blasiana. Modern agriculture. Goiás. Nineteenth century.

---

FERRARO, Mário Roberto. A agricultura moderna no Planalto Central: a experiência da Colônia Blasiana (1881-1895), na atual Luziânia, Goiás, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 11, n. 3, p. 769-789, set.-dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000300013>.

Autor para correspondência: Mário Roberto Ferraro. Universidade Estadual de Goiás. Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis. Av. JK, 146 – Jundiaí. Anápolis, GO, Brasil. CEP 75110-390 ([mariofr6@gmail.com](mailto:mariofr6@gmail.com)).

Recebido em 25/05/2015

Aprovado em 09/08/2016



## INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre A Colônia Blasiana, entendida como um espaço de produção de conhecimentos científicos em assuntos ligados à agricultura, que se localizava em Santa Luzia, atual Luziânia, Goiás, no Planalto Central brasileiro, no entorno do Distrito Federal. Pretende verificar como ela organizava sua produção agropecuária e buscar nela indícios de modernidade, levando-se em consideração o que era moderno no século XIX. Será discutido o ensino de práticas agrícolas adequadas a essa modernidade, entendendo essa fazenda, portanto, como um espaço de produção e de transmissão de conhecimentos agrários, de acordo com o que havia de mais atualizado na época. A grande meta da agricultura científica era o combate à chamada rotina agrícola, isto é, à agricultura de corte e queima, já tomada como nociva ao meio ambiente por August Saint-Hilaire, em 1819, durante sua estada em Goiás.

Os referenciais teóricos e metodológicos utilizados são a história das ciências, na concepção desenvolvida recentemente pelo grupo capitaneado por Maria Amélia Dantes, presente em diversas instituições que desenvolvem pesquisas na área, e o paradigma indiciário de Ginzburg (1989).

Para Dantes (2001), a história da ciência anterior a 1980 era apresentada em uma posição dicotômica: as instituições científicas eram retratadas por alguns pesquisadores da disciplina tendo como prioridade o estudo da evolução conceitual da ciência, ou seja, com foco na evolução dos conceitos de cada disciplina, nos progressos alcançados, com ênfase na genialidade do cientista. ‘Fazer avançar a ciência’ é uma expressão recorrente nesse tipo de estudo. As instituições científicas eram apresentadas como uma decorrência necessária do valor intrínseco do conhecimento verdadeiro, isto é, como espaços que são conquistados pelos cientistas e que passam a sediar suas atividades. No outro polo, segundo a mesma autora, inclusive com alguns historiadores de tendência teórica marxista, a história da ciência tem se voltado, de maneira predominante, para as dimensões sociais da prática científica, deixando para a

história epistemológica as questões relacionadas à natureza do conhecimento científico.

Esse quadro, segundo ela, começou a ser questionado no Brasil a partir dos anos 1980, época em que se perguntava como ocorreu a implantação de instituições científicas em um país não central do capitalismo, em uma área que fora Colônia e, em seguida, tornou-se país periférico, em regiões que não ocupavam a liderança na produção de conhecimento. Para se responder a essa questão, a alternativa utilizada foi a valorização da história social da ciência. Os primeiros estudos, nos Estados Unidos, questionavam a relação entre ciência e imperialismo. Outros, refletindo sobre essa tendência, argumentavam que, nos estados nacionais, a ciência foi repensada para atender a especificidades locais, que possuíam dinâmicas sociais próprias.

No Brasil, a partir dos anos 50 do século passado, formou-se uma tendência que via a implantação da ciência no país apenas a partir da criação das universidades, ocorrida nos anos 1930. As realizações anteriores são consideradas como pré-história da ciência. Isso fez com que os espaços da ciência e sua produção não fossem tratados como relevantes, ou mesmo fossem desconsiderados. Instituições, tais como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808); as escolas médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro (ambas de 1808); a Academia Real Militar (1810); a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825); ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), com suas publicações, foram as que sofreram mudanças ao longo do século e perduraram por todo o período imperial, as quais, entretanto, não receberam da história da ciência, até os anos 1980, consideração à altura de sua importância no século XIX.

Ao longo do Império, instituições científicas foram também criadas, entre as quais: a Escola de Minas (1875), de Ouro Preto; a Comissão Geológica do Império (1875); a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886); e a Imperial Estação Agronômica de Campinas (1887). A cronologia da história da ciência anterior aos anos 80 registra a presença dessas instituições, mas não reconhece



a importância desses espaços. Nos anos 80 do século XX, a historiografia das ciências passou a realizar pesquisas que valorizavam essas instituições e outras menos conhecidas, por exemplo, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Ou seja, o reconhecimento desses espaços somente se deu a partir de uma mudança do ponto de vista metodológico.

Ainda de acordo com Dantes (2001), a nova perspectiva surgida entre os anos 1970 e 1980 voltava-se para o estudo das condições sociais de implantação das atividades científicas: por que se implantou tal atividade ou instituição? A quais interesses ela servia? A quais demandas sociais ela procurava atender? etc. Procurava, ainda, mostrar, entre outras questões, os critérios de científicidade do período estudado: que tipo de ciência se fazia então? Quais seus pressupostos teórico-metodológicos? Enquadram-se nessa linha os estudos de Figueirôa (1987), sobre a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, e o de Lopes (1997), sobre os museus enquanto espaços de produção de ciência.

Historiadores das ciências diretamente ligados a esse grupo têm estudado os espaços de produção de conhecimentos na área agrícola nos séculos XIX e XX. As pesquisas de Domingues (1995); Oliver (2009); Melone (2004); Bediaga (2011); Ferraro (2005, 2012), entre outras, sobre ciência e agricultura estão alinhadas a essa corrente interpretativa. Também há as pesquisas de Mendonça (1994); Araújo (2010); Santos (2013); Versieux e Gonçalves (2012), que valorizam essas instituições. Há poucos estudos sobre a agricultura científica em Goiás ou sobre Goiás.

Sob esse ponto de vista foi analisada a Colônia Blasiana, como um espaço de produção científica do período, procurando, em uma documentação escassa e esparsa, embora os esforços de buscá-la tenham

sido intensos, os indicadores que apontavam ser aquela fazenda-escola um espaço da ciência ainda não reconhecido enquanto tal.

Por outro lado, a especificidade das fontes e a falta de estudos a respeito da Colônia Blasiana exigiu o uso do paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Há poucos documentos institucionais e a maioria já havia sido analisada por Marin (2006), sendo a presente pesquisa um desdobramento desta. Há poucas menções nas obras dos viajantes que por lá passaram, sendo que poucos olharam para a escola como espaço das ciências ou como escola, tendo-a enaltecido como uma instituição de caridade. Diante dessas dificuldades, a documentação selecionada foi aquela comumente menosprezada pelos historiadores: pequenas notas em jornais, observações de viajantes ou de autores do período que tangenciaram o tema. O uso dessa metodologia não convencional torna o texto também não perfeitamente alinhado aos paradigmas convencionais, o que deverá provocar algum estranhamento no leitor.

## A COLÔNIA BLASIANA

A Fazenda Conceição, onde estava instalada a Colônia Blasiana, de acordo com seu proprietário, Joseph de Mello Álvares (1837-1919)<sup>1</sup>, localizava-se em uma antiga área mineradora que se encontrava em ruínas, chamada de Lavras do Palmital, no lugar onde o rio Palmital desemboca no rio Corumbá<sup>2</sup>. Não foi possível precisar a localização das instalações da Colônia, pois o rio Corumbá encontra-se represado e é provável que parte da fazenda esteja submersa. Essa represa abastece a capital federal. A água que abastece Luziânia é captada no Rio Palmital.

<sup>1</sup> Bertran (2000, p. 105) apresenta o Diretor da Colônia Blasiana como “o nunca assaz citado cronista de Santa Luzia”. Também como “Joseph de Mello Álvares – o conhecido Zé de Mello, que a gente antiga de Luziânia achava ser auxiliado pelo *Romãozinho, o Diabo*, pela sua versatilidade como político, farmacêutico, médico, advogado, fazendeiro e escritor – foi o grande autodidata do Planalto em fins do século XIX, seu primeiro pesquisador científico [...]” (Bertran, 2000, p. 26). E, finalmente, o qualifica como “o Heródoto do Planalto” (Bertran, 2000, p. 72).

<sup>2</sup> De acordo com Álvares (1911, p. 3), no território onde a fazenda se situava “[...] ainda existem muralhas, restos de construções domésticas e lavadraria de ouro [...] muita madeira de lei e uma extraordinária pastagem de capim gordura.”



Em 1867, cerca de quinze anos antes da fundação da Colônia Blasiana<sup>3</sup>, Mello Álvares participou de uma exposição regional de produtos agropecuários na capital da província (Cardoso Jr., 2014). A feira, promovida pelo Império, foi realizada concomitantemente em cada província, e os melhores expositores representariam seus estados em uma grande exposição, que se realizaria no Rio de Janeiro. Possivelmente, essas exposições eram preparatórias para a exposição de Paris de 1867<sup>4</sup>.

No evento preparatório, Mello Álvares expôs a marmelada e o doce de marmelo, assim apresentados no catálogo da mostra:

N.º 194. – Marmellada.

Exposta pelo collector do município de Santa Luzia, José de Mello Álvares. Este doce é feito no referido município, onde o marmelleiro cresce e produz tantos fructos e de tão bôa qualidade, como em nenhum outro lugar do Brazil. Grande parte da população emprega-se ali no fabrico da marmellada, que é o principal ramo de commercio: muitas *mil arrobas* deste doce são exportadas annualmente para os outros municípios desta província e tambem para as de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro.

N.º 195. – Doce de Marmello.

Exposto pelo mesmo. É preparado em calda de assucar no mesmo município; porém não em tão grande quantidade como a marmellada, sendo aliás, um doce muito estimado. (Catalogo..., 1867, p. 3).

Mello Álvares, portanto, processava artesanalmente o marmelo, que era beneficiado na sua própria fazenda, permitindo sua conservação e comércio em outras regiões – ou seja, a Fazenda Conceição já se destacava no cenário agrícola goiano antes da fundação da Colônia Blasiana. Com a implantação da agricultura científica, ficou

sendo um campo de experimentação ou uma espécie de fazenda-modelo.

A Colônia Blasiana era uma instituição particular de ensino agrícola, voltada para a instrução de crianças negras, órfãs e desvalidas<sup>5</sup>. Também objetivava a modernização e a diversificação da agricultura goiana, pois procurava aplicar métodos científicos de cultivo, com a intenção de transformar os métodos rotineiros até então praticados. Diversas personalidades a visitaram: autoridades civis e religiosas, bem como viajantes brasileiros e europeus. Em comum a todos os relatos – além de ressaltarem o caráter filantrópico da entidade e magnanimidade de seu diretor –, são mencionadas as diferentes e inovadoras formas de se cultivar o solo então praticadas naquela local.

Da mesma forma que no Brasil colonial, quando houve um curto período minerador, a economia brasileira da época imperial baseava-se na agricultura. Porém, ao contrário do que acontecia nas nações mais desenvolvidas, no Brasil havia o desconhecimento de técnicas de manejo da terra, o que resultava em práticas tradicionais de cultivo do solo, também chamadas de 'rotina agrícola' ou de 'agricultura de corte e queima'<sup>6</sup>.

A Colônia Blasiana representava, portanto, uma tentativa de modernização da agricultura em Goiás. Nossa hipótese é de que a Colônia Blasiana se constituía em um espaço de renovação da agricultura e, concomitantemente, de produção, ensino e aplicação de conhecimento científico agronômico no Planalto Central brasileiro.

Segundo Marin (2006), com a Lei do Ventre Livre, de 1871, as crianças negras passaram a ser vistas como um potencial perigo para a sociedade, pois, encontrando-se

<sup>3</sup> O nome é uma homenagem a seu fundador, o Juiz de Órfãos Braz Bernardino Loureiro Tavares. Braz vem do latim *Blasius*, daí Blasiana.

<sup>4</sup> Klug (2012) não menciona a participação goiana em nenhuma das exposições por ele analisadas.

<sup>5</sup> Segundo Rocha (2007), que, apoiada em Marin (2006) e Bretas (1991), estudou especificamente a questão da educação das crianças negras e pobres em Goiás sob o ponto de vista social, a outra instituição educacional voltada para esse público era a Companhia de Aprendizes Militares. Bretas (1991) estudou a instrução pública goiana e a Colônia Blasiana era uma instituição particular, por isso mereceu dele apenas algumas linhas.

<sup>6</sup> Em Goiás, atualmente é chamada de roça de toco, pois não promove o destocamento.



em estado de pobreza e abandono, corriam o risco de sucumbir à marginalidade, sendo, portanto, necessária a criação de escolas que as educassem, com o objetivo de se tornarem cidadãos de bem, prontos para participar da consolidação da nação. Um segundo problema apontado pelo autor foi a possibilidade de a mão de obra se tornar escassa com o fim da escravidão. Em futuro próximo, poderia não haver mão de obra qualificada o suficiente para suprir a nova demanda, e isso poderia levar a uma estagnação da economia, uma vez que o aumento da produção agropecuária, que implicava o incremento das exportações, era feito basicamente pela incorporação de novas terras e de novos trabalhadores no processo produtivo. Ambos os problemas, com ênfase no segundo, levaram o governo imperial a incentivar a criação de colônias agrícolas voltadas para ensinamentos de agricultura prática, abrigando crianças negras e garantindo, destarte, mão de obra qualificada para as fazendas (Marin, 2006).

A Colônia Blasiana possuía como modelo o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA). Bediaga (2011) o descreve como um instituto agrícola de natureza privada que, contraditoriamente, fora criado na província do Rio de Janeiro, por meio de decreto imperial, no ano de 1860, tendo como finalidade nortear o progresso da agricultura fluminense. Funcionava como asilo para órfãos (orfanato) e escola agrícola profissionalizante para os internos e externos, também como centro de pesquisa agrícola. Por contar com um corpo de associados mais qualificados, com cientistas renomados e com apoio oficial, desenvolvia pesquisas agrícolas e possuía uma revista que se constituía em uma referência na área, a 'Revista Agrícola'<sup>7</sup>.

Segundo Marin (2006), a Colônia Blasiana, durante o seu funcionamento, abrigou um total de 43 meninos, com uma média de 25, sendo 36 o maior número, em 1884, e 17 o menor, nos últimos três anos de sua existência (1893-1895). Oferecia educação pautada na disciplina e nos bons modos. O conteúdo ofertado eram as disciplinas português, matemática, ciências e artes, chegando ainda a formar uma banda de música. Havia também o aprendizado de práticas da agricultura científica.

Oscar Leal, viajante brasileiro, que visitou Goiás no último quartel do século XIX, destacou os aspectos de modernidade na Colônia Blasiana:

A tres leguas da cidade e a um kilometro da margem esquerda do rio Corumbá, existe a colonia Blaziana de que é director o capitão Joseph de Mello Alvares, que dignou-se receber a nossa visita no dia 6 de maio. N'esta colonia orphanologica ensina-se a cultivar a terra, e as creanças recebem as primeiras noções de agricultura depois que sabem lér corretamente. (Leal, 1892, p. 142).

A Colônia Blasiana era ponto de parada dos viajantes ilustres que passavam por Santa Luzia. Mello Álvares fazia questão que visitassem a Colônia. Não só chamava a atenção desses visitantes o espírito da instituição em dar abrigo e instrução a dezenas de crianças desamparadas, mas também as novas técnicas no cultivo ali praticadas. Dessa forma, seu dirigente poderia divulgar e perpetuar o que ali era realizado. O diretor queria mostrar a imagem de progresso e de civilização de sua instituição, o que justificaria a captação de mais recursos junto aos órgãos públicos e junto a particulares. Essa imagem angariava, além de recursos, prestígio político e votos.

<sup>7</sup> "A Revista Agrícola foi criada em 1869. Em suas edições trimestrais, publicadas ininterruptamente durante 22 anos, até 1891, apresentaram-se ao público 87 números e 5.165 páginas. Seus principais objetivos eram divulgar os conhecimentos acerca das atividades rurais, promover o debate sobre as novas tecnologias e ciências que despontavam na Europa e nos EUA em prol da agricultura e suas adaptações à realidade brasileira, além de discutir a 'crise' da mão de obra e a sua substituição por colonos e propagandear o uso de máquinas e instrumentos agrícolas. A missão pedagógica da Revista se traduzia em ensinamentos ao leitor sobre as vantagens de abandonar as práticas agrícolas tradicionais e rotineiras e incorporar novos hábitos no trato com a planta e o solo, com apresentação de exemplos advindos, principalmente, dos países chamados civilizados." (Bediaga, 2011, p. 135).



## A PLANTAÇÃO

Em 1882, o jornal 'A Tribuna Livre' publicou as impressões do padre Doutor Raymundo Henrique des Genettes<sup>8</sup> sobre sua estada na Colônia Blasiana. Ele a descreve como um local agradável, organizado, com jardins e fontes de água que encantaram os seus olhos, informando que apenas na Corte se poderia encontrar algo de tamanho bom gosto. Elogiou também o zelo com que as crianças eram tratadas, as quais mostravam-se cheias de bons modos, apontando a instituição como exemplo para a criação de outras colônias no Brasil. No entanto, outro importante aspecto é demonstrado em suas palavras: "De cada lado do pateo, correm fontes de agua viva que banhão o jardim. As plantações achão-se em uma area de 1.500 a 1.600 metros perfeitamente plana, offerecendo vastos passeios bordados todos elles de flores e cortados em angulos rectos" (Genettes, 1882, p. 3), o que é uma área significativa para uma fazenda que não se estruturava na forma de *plantation*.

O mais importante indício de técnicas modernas apresentadas pelo padre é o de que em cada lado do jardim<sup>9</sup> corria água que o banhava, a qual, podemos supor, irrigava tanto o jardim da propriedade quanto a plantação. É característico da região Centro-Oeste atravessar uma longa estiagem no decorrer do ano, que pode durar até seis meses, daí a necessidade da irrigação. Não seria lógico irrigar o jardim e deixar a plantação à míngua, todavia não se pode comprovar se a plantação era irrigada. Chamava sua atenção também que a área cultivada formava ângulos retos, hoje chamada pelo agricultor de 'quadra', isto é, era configurada em blocos, formando figuras geométricas regulares, um quadrado ou um retângulo, sendo um indício de modernidade.

Tanto Leal quanto o padre Genettes notaram um formato diferente na organização da plantação. Leal (1892, p. 142) destaca a "simetria na disposição das plantas". O padre Genettes aponta como as plantas eram dispostas nas 'quadras': todas em um ângulo extremamente reto. Fala também sobre "bananeiras plantadas à cordel" (Genettes, 1882, p. 2)<sup>10</sup>, isto é, plantadas em linha reta, com o uso de uma corda esticada. Configura-se que as plantações não eram organizadas de forma irregular e aleatória, conforme é costumeiro nas roças de toco até hoje, pois havia um padrão a ser seguido, assinalando o uso de técnicas científicas no manejo da plantação. A técnica de plantar em linhas retas, resultando na otimização do espaçamento entre as plantas, confere maior facilidade no manejo da lavoura, e o espaço, dessa forma, torna-se melhor aproveitado, havendo aumento de produtividade, pois estimula a competição entre as plantas na busca por luz solar e nutrientes.

A instituição foi responsável pela introdução de novos cultivos no sertão goiano, inclusive de plantas exóticas ao cerrado. Algumas delas são cultivadas até a atualidade, porém outras não obtiveram tanto sucesso. Marin (2006) destaca diversas plantas cultivadas na Colônia Blasiana, tais como: café, feijão, arroz, milho, trigo, mandioca, batata-doce, batata-inglesa, cará, inhame, gengibre, amendoim, gergelim, erva-doce, algodão, tabaco, fava, linho, centeio, cevada, trevo, sorgo, guandu, urucum, anil, lúpulo, palmeiras, marmelo, videiras, bananeiras, chá e diversas variedades de cana-de-açúcar.

Algumas dessas culturas eram comuns em Goiás, a exemplo do feijão, do arroz, do milho, da mandioca, da banana, do amendoim e da cana-de-açúcar. Algumas, possivelmente, foram introduzidas em terras goianas por Mello Álvares: o eucalipto, o sorgo, a uva, o

<sup>8</sup> O padre Raymundo Henrique des Genettes foi, por muitos anos, pároco em Santa Luzia, mas atuou em diversos municípios e fundou vários colégios católicos em um momento no qual, com o advento da República, a Igreja se vê privada de verbas públicas. Foi mencionado no Relatório Cruls, no debate sobre a localização dos Montes Pirineus. O padre acertou na latitude e errou por pouca coisa na longitude, que Cruls (2012, p. 55) considerou exagerada. Também era deputado provincial.

<sup>9</sup> Jardim, na época, era um misto de horta, pomar e jardim, na acepção em que o termo é usado hoje. Possivelmente, essa concepção é oriunda dos jardins aristocráticos portugueses (Rodrigues, 2016).

<sup>10</sup> Trata-se da transcrição de um artigo publicado no 'Jornal do Commercio', periódico carioca.



trigo-de-inverno, a baunilha, variedades de pimenta e outras. Todas essas tiveram a necessidade de passar por aclimatação, adaptando-se às condições de solo, de clima e de temperatura do cerrado.

Entre as plantas introduzidas na Colônia Blasiana, algumas são cultivadas em larga escala atualmente, como o eucalipto, usado na produção de lenha e na fabricação de papel, e o sorgo, aproveitado para alimentar o gado no período da seca. No entanto, não se pode afirmar que houve sucesso da Colônia Blasiana na introdução de plantas exóticas, pois muitas caíram no esquecimento. A uva, por exemplo, é pouco produzida atualmente. A cevada também, apesar de haver fábricas de cerveja no estado. Muitas delas não se transformaram imediatamente em culturas de valor comercial e tiveram de ser reintroduzidas posteriormente (eucalipto e sorgo, por exemplo).

O objetivo, nas tentativas de introdução e aclimatação de novas plantas, era o de encontrar um produto de grande valor comercial, que desse impulso à economia goiana, e o de superar a crise gerada pela falta de gêneros alimentícios em Goiás naquele período.

A implantação de novas culturas pela Colônia Blasiana contempla outro aspecto de modernidade presente na instituição. Sua intenção não era a prática da monocultura, característica da agricultura da época, mas, sim, da policultura. Provavelmente, isso seria válido enquanto não se encontrasse um produto de grande valor comercial para ocupar aquelas terras, que, por imposição do mercado, certamente se tornaria monocultora.

Quando o assunto é produção e aclimatação de plantas, Mello Álvares é otimista: “pretendo fornecer d’hora em diante muda e sementes de todas as plantas que [a Colônia] possui, aos agricultores da província”. E completa: “Se a Colônia Blasiana tiver a fortuna de propagar todas as plantas úteis que possui, ficará sobejamente pago ao trabalho que tem tido” (Álvares, 1889, p. 12). E, realmente,

o esforço não era pequeno: possuía muitas variedades enviadas pelo IIFA; outras que comprou e aquelas que foram oferecidas por diversas pessoas no Rio de Janeiro, que, mesmo sendo gratuitas, demandavam gastos, pois tinha de arcar com os custos altos dos fretes. Orgulhava-se de ter mudas de vegetais “que nunca penetraram no alto sertão” (Álvares, 1889, p. 12), dentre as quais relaciona o eucalipto e a quina calisaia<sup>11</sup>, que a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SENACOP) se esforçava por aclimatar.

Certamente, a cultura da colônia que ganhou mais notoriedade na época foi a do trigo. Em 1882, o Correio Oficial (Expediente..., 1882) informava que Mello Álvares havia se candidatado ao prêmio que o governo imperial concederia ao melhor produtor do cereal, talvez daí advenha seu prestígio como agricultor. Em 1883, o jornal Correio Paulistano informava que na Colônia Blasiana o trigo “está florescendo com aspecto prometedor.” (Cultura..., 1883, p. 2). Não foi possível descobrir quem foi o ganhador desse certame. Também não se sabe por quanto tempo o trigo foi cultivado com sucesso na fazenda.

## A CRIAÇÃO

Há um discurso modernizante em Mello Álvares também em relação à pecuária, mas que deixa espaço para alguns questionamentos sobre sua efetividade concreta. No Relatório de 1889, Mello Álvares informa que o gado vacum de sua fazenda não era para exportação, isto é, para ser comercializado fora da província, mas para o “serviço do campo e alimentação do pessoal, que não é pequeno” (Álvares, 1889, p. 11). O mesmo relatório informa que “gado ovino, caprino, cavalino e suíno, e aves domésticas” (Álvares, 1889, p. 11) também eram para autoconsumo e que os bovinos estão bastante melhorados com o “cruzamento por seleção”, mas não menciona quais eram as raças que formavam seu rebanho, nem como e

<sup>11</sup> Árvore (*Cinchona calisaya*) da família das rubiáceas, com casca da qual se extrai a quina amarela, rica em quinino, que é usada no tratamento da malária.



onde conseguia as matrizes ou os touros de raça superior, e nem quais os critérios que usava na seleção. Qual seria a composição e o montante desses plantéis? Numa região à longa distância dos grandes centros, isolada por falta de meios de transportes, na qual faltavam alimentos e, por conseguinte, eles eram caros, por que esses produtos não eram comercializados? Todavia, a questão mais importante é: seriam usados para tracionar arados? Ou apenas para transporte de cargas e pessoas?

Aproveitava a oportunidade, como sempre, para solicitar do governo imperial alguns casais de animais de raças superiores para aclimatação.

Em 1887, a 'Revista de Engenharia' noticiou que foi despachado à Colônia Blasiana, pela SENACOP, um projeto arquitetônico de estábulos apropriados para a criação científica de gado<sup>12</sup>, que, na verdade, era um livro do engenheiro José Gonçalves de Oliveira a indicar critérios para a construção de um estábulo científico (Plano..., 1887). O recolhimento do gado em currais, além de garantir maior produtividade do rebanho, proporciona a concentração do estrume em um único local, facilitando seu aproveitamento como adubo. Portanto, o uso de estábulos para animais possui estreita ligação com a adubação do solo. Essas técnicas podem ser consideradas modernas, tanto a adubação do solo com fertilizantes orgânicos (estrume) quanto a forma de manejo da criação.

O superior dominicano, frei Raymundo M. Madré, conforme mencionado em artigo publicado 11 anos depois de sua elaboração, registrou que o gado da Colônia Blasiana era criado pelo "sistema de estabulação" (Monografia, 1895, p. 3). O Relatório de 1889 também se refere à existência de estábulos na fazenda. Entretanto, não foi possível apurar se era construído de forma científica<sup>13</sup>, pois não há sequer uma descrição deles nos relatórios enviados ao SENACOP, nos relatos dos viajantes, nem na imprensa. Todavia, o

fato de existir estábulo indica que o gado não era criado solto no campo e que poderia haver aproveitamento do estrume, facilitando a aplicação dos animais como tração de máquinas agrícolas ou nos carros de boi. Também tornaria mais fáceis atividades como ordenha, acompanhamento de partos, cuidado com feridas, promoção de cruzamentos selecionados, fornecimento de feno, de sal etc., pois os animais estabulados estariam sempre à disposição. Não foram encontradas referências a pastos cercados, o que seria outro sinal de modernidade.

O fato de os alunos aprenderem a curar enfermidades também indica uma nova forma de manejo, pois, com o gado criado solto nos campos, era muito difícil curar as moléstias. Mas curar como? De maneira científica? Ou com saberes populares sedimentados pela tradição, muitas vezes incompatíveis com práticas científicas? Não há referências nas fontes. Convém salientar que o cientificismo era característico dos meios intelectuais da época e, como Mello Álvares tinha acesso aos principais periódicos científicos de então, pode ser que ele ensinasse e que aplicasse métodos científicos de cura.

A prática da adubação orgânica naquela época era um indicativo de ocupação permanente do solo, que precisa ter seus nutrientes repostos, para continuar produtivo. Evitavam-se, dessa forma, duas práticas inerentes à rotina agrícola: o nomadismo agrícola (ou itinerância) e as terras em pousio<sup>14</sup>. Na agricultura tradicional afro-ameríndia-portuguesa, que se praticava no Brasil desde o período colonial, o único adubo eram as cinzas resultantes das queimadas, que são rapidamente levadas pelas enxurradas. Usa-se o solo até seu completo desgaste, e a recuperação da fertilidade é feita deixando as terras 'cansadas' em repouso por um período não inferior a vinte anos, indo-se desmatar mais adiante para a instalação de novas plantações. Essas terras cansadas eram chamadas em São Paulo de deserto,

<sup>12</sup> Para descrição de um estábulo científico com modelo típico do final dos oitocentos, ver Botelho (1895).

<sup>13</sup> Esse sistema foi construído antes de o projeto ser enviado pela SENACOP.

<sup>14</sup> Pedroso Júnior et al. (2009) fizeram uma revisão bibliográfica sobre o tema. Ferraro (2012) estudou a itinerância da lavoura cafeeira e os rastros de destruição que ela deixava.



embora não o fossem na acepção da palavra. Todavia, não há menção sobre queimadas, nem sobre a existência de terras cansadas nas fontes consultadas sobre a Colônia Blasiana, o que é compreensível, pois a ideologia da época priorizava o registro do progresso e não da decadência e de suas mazelas. Também não foram encontrados registros sobre taperas, um indicativo da prática do nomadismo agrícola.

Entretanto, uma nota publicada em 1910 no jornal '*O Planalto*' nos permite entrever que havia problemas decorrentes do impacto ambiental das lavouras. Declarava Álvares (1910, p. 5) que "[...] procederá criminalmente contra todos aqueles que derribarem, comprarem ou carream [...] sem sua autorização madeiras da sua fazenda. Essa pequena nota pode ser interpretada de várias maneiras, mas vamos nos ater a três delas. Primeiramente, as matas da região estavam escasseando devido à agricultura predatória típica da rotina agrícola realizada pelas populações sem terras, que cultivavam em seus terrenos com ou sem sua autorização. Essas populações, que até então haviam sido toleradas, começavam a ser prejudiciais ao fazendeiro, pois a madeira e a lenha, devido à escassez, tornavam-se caras<sup>15</sup>. Estaria ele a levar prejuízos econômicos. Em uma segunda interpretação, caberia notar que possivelmente havia poucas matas em sua fazenda, pois a maior parte já havia sido destruída por práticas agrícolas predatórias, sobre as quais não há registros disponíveis, realizadas pelo próprio Mello Álvares. Uma terceira possibilidade seria a apropriação indevida de lenha ou de madeira por parte das vizinhanças, sobretudo comerciantes de lenha, mas este fato é pouco provável, dadas às dificuldades de transporte. Muito provavelmente, a carência de matas se explica devido ao fato de boa percentagem das terras estarem 'cansadas', desgastadas pelo manejo inadequado, isto é, tratava-se de terras em pousio a aguardar a recomposição natural da vegetação. Se se aceitar como válida a segunda possibilidade, poder-se-ia

afirmar que, a despeito dos discursos e de algumas práticas modernas adotadas, a modernidade na fazenda não era completamente concretizada. Todavia, não foi possível prová-la.

## OS INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS NA COLÔNIA BLASIANA

Para que as formas de plantio na Colônia Blasiana sejam consideradas modernas, outro ponto a ser levantado é o uso de instrumentos agrícolas mecânicos. O auxílio da tração animal ou mecânica proporciona maior eficácia e rapidez na produção agrícola, portanto, maior produtividade. Alguns exemplos de máquinas movidas à tração animal são o arado, a carpideira, o gradeador, a semeadeira, a adubadeira, entre outros. Álvares (1889, p. 11) informava que "possuía as máquinas indispensáveis para o ensino da agricultura prática". Dizia que "comprou uma coleção completa de instrumentos de jardinaria" para substituir a que tinha. Que máquinas seriam essas? Seriam as ora mencionadas? Não há informações, predomina o silêncio. Quando, porém, o assunto é o beneficiamento dos produtos agrícolas, ele é mais preciso: para beneficiar produtos colhidos na fazenda, são mencionados o monjolo de pêndulo, o engenho de açúcar e o moinho.

## O ARADO EM GOIÁS

A seguir, em uma inserção longa, serão tecidas algumas considerações sobre o arado em Goiás no século XIX, com a finalidade de mostrar em que nível se encontrava o debate sobre mecanização da agricultura na região, para, em seguida, verificar como a Colônia Blasiana se situava nesse debate.

Em 10 de abril de 1880, o jornal '*A Tribuna Livre*' noticiava que o Sr. Francisco Antônio<sup>16</sup> apresentou um projeto que isentava de impostos os fazendeiros que usassem o arado e a charrua em suas plantações pelo prazo de dez anos (Assemblea..., 1880). Dizia que o

<sup>15</sup> O protesto de Mello Álvares antecede em quatro anos ao desabafo raivoso de Monteiro Lobato no jornal '*O Estado de São Paulo*' contra os caipiras que queimavam as matas de sua fazenda, e foi essa carta que deu notoriedade ao autor paulista.

<sup>16</sup> Na verdade, o projeto foi apresentado em julho de 1879 pelo Sr. Aristides Spinola, que voltara encantado com os novos métodos agrícolas depois de uma visita à Escola Bahiana de Agricultura.



arado implicaria mudanças no sistema da lavoura e o justificava devido à falta de braços.

Em 1880, o mesmo jornal mencionou que um projeto, apresentado à Assembleia Provincial pelo Sr. Spinola, que “[...] isemptava por dez annos, dos impostos provinciaes, a todo o lavrador que introduzisse ou antes que uzasse do arado ou da charrua.” (Dois poderes..., 1880, p. 2), havia sido vetado pelo governador.

Somente 13 anos depois é que o arado voltou a ser notícia. Em 1893, em 25 de fevereiro, o ‘Estado de Goyaz’ noticiava que:

[...] a família Gomes, da campanha do Turvo, adoptou o arado para o serviço da Lavoura. O resultado obtido fica a perder de vista da rotineira roça das derrubadas. [...] A experiençia tem demonstrado que em terreno de alqueire lavrado pelo arado produz mais do dobro do que actualmente pelo velho sys tema e o serviço de um homem é igual ao de dez que desperdiçam sua actividade nos roçados e se arriscam a ser esmagados pelas arvores. (Lavoura, 1893, p. 3).

A presença de um arado deveria ser algo muito extraordinário neste contexto, uma novidade que merecia ser noticiada na imprensa.

O mesmo jornal voltou ao assunto, em 24 de junho de 1893, propondo que o Congresso Estadual amparasse a lavoura, apontando para a necessidade de mudanças, entre as quais se sobressaía o uso do arado e suas vantagens. Enfatizava sua utilidade na recuperação das terras cansadas, chamadas de estéreis, cobertas de ervas daninhas e de espinheiros. Divulgou que, na Câmara Estadual dos Deputados, estava ocorrendo um debate sobre o uso do instrumento e que também estava sendo solicitado subsídio para a compra e o transporte do produto. Mostrou que

a província tinha autorização do governo imperial para fabricar arado desde 1857<sup>17</sup>. As notícias, mais do que mera curiosidade, expressavam um compromisso político: o desejo de reforma na agricultura. O periódico estava a fazer pressão junto aos políticos para a modernização do campo.

Na edição de 5 de julho de 1893, o jornal ‘Estado de Goyaz’ aponta dois exemplos bem sucedidos, os quais transcreveremos a seguir:

Em Setembro de 1889, o Sr. Manoel Couto [...] arou o terreiro da fazenda, logar invadido pelas vassouras, carrapichos e outras vegetações das terras cansadas e acamadas<sup>18</sup> pela frequência do gado. Hoje cresce alli um mato denso e vigoroso, causando admiração a todos que julgavam incultivavel e perdido o terreno. (Ainda a..., 1893, p. 1).

O pai do Sr. Couto – continua o relato –, “[...] prevendo o despovoamento<sup>19</sup> de suas mattas, mandou arar um campo que não tendo sido utilisado tornou-se bosque espesso.”. Há, portanto, uma preocupação com a reconstituição florestal ou preservação ambiental. Convém observar que o que parecia incomodar era a pouca disponibilidade de terras cobertas com mata virgem e o fato de já haver muitas terras cansadas. Aponta também o uso do arado em Bonfim e Santa Luzia<sup>20</sup>, na propriedade da família Cunha Telles. E conclui: “As vantagens do emprego do arado são immensas. Basta considerar-se que suprimem as perigosas derrubadas, o dispendioso *muchirão*<sup>21</sup>, encurta-se a distancia que costumam ter as roças, suaviza-se a capina, o pessoal empregado é diminuto, etc.” (Ainda a..., 1893, p. 2).

Em 17 de setembro de 1893, o ‘Estado de Goyaz’ (Jatahy, 1893, p. 3), dando sequência em sua campanha pró-arado, expressa que o instrumento era usado com sucesso em Jataí, na lavoura do padre Brom,

<sup>17</sup> Há uma breve menção de Oscar Leal a uma fábrica de fundição de ferro no Arraial das Areias, a 10 km da cidade de Goiás: “perto da fabrica houveram algumas officinas de ferreiro nas quaes se fabricavam instrumentos de lavoura” (Leal, 1892, p. 60), que por ocasião de sua visita não existiam mais. Fabricariam arados?

<sup>18</sup> Talvez o significado de acamada aqui seja pisoteada e, portanto, compactada. O solo compactado necessita de aração.

<sup>19</sup> Significa hoje desflorestamento, desflorestação ou desmatamento.

<sup>20</sup> A Colônia Blasiana situava-se muito próximo a Bonfim, atual Silvânia.

<sup>21</sup> Em itálico no original. ‘Muchirão’ é o mesmo que mutirão.



que organizou uma reunião de “pessoas gradas” da sociedade para assistir a uma demonstração do arado em funcionamento, conduzida pelo cidadão ‘rio-grandense’<sup>22</sup> Joaquim Francisco de Souza. O mesmo jornal informava, na edição de 11 de fevereiro de 1894 (Municipio..., 1894), que o Concelho Municipal da Vila criou um premio de dois contos de réis para aquele agricultor que primeiro introduzisse o arado para mondar a terra em vez da rotineira derrubada e queima dos matos que grandes prejuízos causarão para o futuro.

A preocupação central do articulista do jornal ‘Estado de Goyaz’ nessa série de artigos dos anos 1890 era com o desmatamento e as mudanças climáticas, além da consequente desertificação, o que remete aos relatórios da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG), sobretudo ao de 1888. Silvia Fernanda Mendonça Figueirôa assinalou que Orville Derby, no relatório da CGG de 1888, definiu como prioridade para a seção de Botânica o estudo das áreas de campo, que no estado de São Paulo eram as áreas desertificadas, devido à rotina agrícola. Para Derby (apud Figueirôa, 1985, p. 19), seriam tarefas prioritárias daquela seção o:

estudo da vegetação dos campos com referência especial às plantas forrageiras, têxteis e medicinais. [...] Parece-me de especial interesse as observações sobre a melhor utilização dos campos. Estando parte considerável da área da Província constituída por campos a questão da possibilidade de cultura em terreno dessa natureza, no caso afirmativo, o estudo dos gêneros e meios de cultura mais adequados têm uma importância econômica capital.

Esse jornal também pode ter se inspirado nos boletins da CGG que apresentam os resultados coletados pela equipe de Derby nas explorações do território paulista para um público maior. Principalmente no relato

da exploração dos vales do Itapetininga e Paranapanema realizada por Sampaio (1890) e nos resultados dos estudos botânicos de Löfgren (1890) sobre a flora paulista, publicados no mesmo ano. Mas isso é apenas uma possibilidade, pois não há indícios concretos que remetam a essas publicações. Remetem também aos experimentos<sup>23</sup> de Franz Josef Wilhelm Dafert<sup>24</sup>, no Instituto Agronômico de Campinas (IAC), comparando a produtividade do roceiro tradicional com o trabalho mecanizado, que também tiveram muita repercussão na mídia (Dean, 1989; Melone, 2001). É possível que esses fazendeiros tenham tido acesso a eles.

O jornal ‘Goyaz’, em 17 de dezembro de 1900, no artigo ‘A nossa lavoura’, propõe a substituição dos métodos rotineiros por práticas agrícolas mais adequadas: “O seu inteligente amanho, seu revolvimento pelos instrumentos aratorios, o seu beneficiamento pelo adubo, restituir-lhe-ão o primitivo vigor, se não os aumentar.” (A nossa..., 1900, p. 1).

O assunto, portanto, era pouco frequente na mídia impressa de então, mas havia um incipiente debate sobre a necessidade de modernizar a agricultura goiana, bem como as constantes reclamações sobre falta de incentivos (subsídios) por parte do governo aos lavradores. Entretanto, tais reclames não eram traduzidos por ações concretas, como criação de associações de classe, de centros de pesquisas científicas ou de ensino agrícola, bem como de uma imprensa especializada, ao menos até 1911, quando se tem alguns indícios da implantação de uma política pública no sentido de promover a modernização da agricultura.

Em 1911, o arado apareceu novamente como notícia. Em Natividade, então município do norte goiano, há a presença de uma autoridade, o Sr. Abílio Wolney, da Inspetoria Agrícola de Goyaz, que, em serviço,

<sup>22</sup> O arado foi introduzido, primeiramente, nas províncias do sul, devido à influência dos imigrantes europeus que lá se fixaram.

<sup>23</sup> Sobre alguns desses experimentos, ver Antônio Gomes Carmo, em sua obra “Reforma da agricultura brasileira”, de 1897, que é uma coletânea de artigos publicada pelo agrônomo mineiro originalmente no jornal ‘Minas Gerais’, onde começou a escrever a partir de 1891. Os experimentos de Dafert tinham também repercussão na imprensa paulista.

<sup>24</sup> Dafert foi diretor do Instituto Agronômico de Campinas de 1887 a 1897.



[...] fez experiencias com o arado reversivel tirado á bois num cercado do cl. Joaquim da Silva, junto à villa, empuhnando elle mesmo o arado e operando com pericia e resultado, apezar dos animaes poucos adextrados. (Natividade, 1911, p. 2).

Pode-se notar que, em 1911, o arado ainda era novidade entre os lavradores, e percebe-se também – e essa era a principal novidade – o esforço do Estado em transformar a agricultura. O modernizar da agricultura se torna uma política pública.

Segundo Ferraro (2005), no final do século XIX e início do século XX somente poucos agricultores do Sul e do Sudeste utilizavam máquinas agrícolas modernas. Silva (2009) mostrou que, somente na década de 20 do século passado, o uso de maquinário agrícola foi incorporado efetivamente pelos fazendeiros. Foi somente a partir dos anos 1920 que a agricultura moderna se efetivou em São Paulo.

### O ARADO NA COLONIA BLASIANA

Essa explanação sobre o uso do arado no Goiás dos oitocentos e início dos novecentos nos remete a outra questão: fica difícil supor que, diante do debate na imprensa regional sobre o uso desse instrumento, a Colônia Blasiana ficasse alheia e não fizesse uso dele ou nem sequer o mencionasse. Mas será que eles realmente usavam o arado? O fato de não haver sido encontrada nenhuma menção direta ao seu uso, embora o diretor, no Relatório de 1889 (Álvares, 1889, p. 5), afirmasse que “todos os alunos já sabem aplicar a charrua, a grade e outros instrumentos, empregar os agentes fertilizadores”<sup>25</sup>, não permite comprovar totalmente a nossa hipótese. Como supor que a Colônia Blasiana foi um importante agente de modernização da agricultura goiana, se ela não praticava totalmente a agricultura

científica em suas lavouras? Não há, portanto, dados concretos sobre quais máquinas eram utilizadas e nem de quaisquer pedidos de instrumentos agrícolas feitos por Mello Álvares, como era de seu feito, ao governo ou a outras instituições, nem de, tampouco, o envio de maquinários à instituição. Se houvesse, provavelmente, seria alardeado pelos visitantes e pela imprensa, como ocorria nas situações mencionadas anteriormente.

### O TRABALHO

A Colônia Blasiana não possuía mão de obra escrava mesmo antes da abolição, o que desponta como outro indício de modernidade para a época. Lá era proposto o aproveitamento do trabalhador nacional, capacitado pela educação morigerante e profissionalizante e pelo higienismo médico. Parte de sua mão de obra era formada por crianças e jovens ali abrigados. Eram eles que realizavam muitas das atividades da faina agrícola: plantavam, colhiam, cuidavam dos animais domésticos, além de outros afazeres, embora houvesse também outros trabalhadores assalariados<sup>26</sup>. Em todo caso, os alunos recebiam um salário anual, mesmo contrariando as determinações do governo imperial, que designava que menores de 12 anos não deveriam trabalhar. Álvares (1889) alegava que os internos possuíam abrigo, alimentação, vestimentas, cuidados de saúde e educação, e que isso custava caro, daí a necessidade de os menores trabalharem. Talvez o todo ou parte dos salários ficasse retido para formar um pecúlio, a fim de que, quando atingissem a maioridade, e não conseguissem colocação nas fazendas da região, os egressos tivessem algum recurso para começar a vida.

Por outro lado, é controvertido o caráter filantrópico da instituição<sup>27</sup>. McCreery (2006, p. 179) questiona

<sup>25</sup> Pode ser que eles tivessem aprendido teoricamente como fazê-lo, mas não aplicassem esses conhecimentos.

<sup>26</sup> Segundo o relatório de 1884 (Penna, 1884, p. 71) apresentado ao Imperador pelo Ministro Affonso Penna, da SENACOP, a Colônia contava com cerca de “50 adultos” empregados nas plantações.

<sup>27</sup> Essa forma de acolhimento, na qual os alunos sem regime de internato trabalham e aprendem ao mesmo tempo, era aplicada nas colônias, presídios (como eram chamados os quartéis) e outras instituições imperiais que abrigavam menores, inclusive no IIFA.



até que ponto [a Colônia] Blasiana funcionava na verdade como verdadeira instituição filantrópica, em oposição [a ser apenas uma] fonte de mão de obra barata para os detentores de terras do município, o que [para o autor] não está claro<sup>28</sup>.

Estariam fazendo um bem ou apenas explorando o trabalho de crianças e jovens socialmente fragilizados? Quando, no Relatório de 1889, Álvares (1889) diz que o trabalho de um menino com menos de doze anos pouco ou nada rende e que a maioria das crianças estava nessa idade, talvez se configure como um indício de que não houvesse a intenção de explorar, pois o salário pago a um adulto é um pouco maior e sua produtividade muito maior. Nada sugere intencionalidade de explorar as crianças, mas ficou a impressão de que sua obra era uma justificativa para angariar verbas e outros donativos, prática de muitas instituições filantrópicas ainda hoje. Os cuidados dispensados aos meninos e adolescentes parecem estar além daqueles que seriam destinados àqueles que somente se quer explorar. Sem falar que as cinco filhas de Mello Álvares eram adotivas e todas foram bem casadas e lhes deram netos.

Para Marin (2006), a real intenção da Colônia Blasiana em abrigar crianças não era apenas para dar-lhes uma educação que pudesse realmente as emancipar. Seu intuito era salvaguardar a agricultura goiana de um colapso de mão de obra, devido à abolição da escravatura. As crianças eram educadas no e para o trabalho braçal. Ao completarem 21 anos, os jovens iriam trabalhar nas fazendas vizinhas como braçais e subalternos.

Para Andreson Carlos Elias Barbosa, a sociedade brasileira via um processo de morigeração.

Dessa forma, os morigerados, que tanto se desejava formar, na mesma época, no Instituto Paraense de Educandos, seriam aqueles cidadãos cooperativos que se submetiam a toda e qualquer condição e situação sem fazer reclamações ou reivindicações, agindo sempre com a devida civilidade e, porque não dizer, docilidade. O mais

importante, no entanto, era que, independente de quaisquer inconvenientes e/ou limitações, os sujeitos trabalhassem de forma prestativa e laboriosa. (Barbosa, 2011, p. 149).

Apoiado em Marin (2006), Barbosa (2011, p. 149) diz que “apesar de geograficamente separadas, ideologicamente essas instituições [a Colônia Blasiana e o Instituto Paraense de Educandos] tinham a mesma fundamentação”, pois, em ambas as instituições, a paraense e a goiana, o esforço de morigeração dos alunos era grande. No Relatório de 1889, Álvares (1889, p. 2) comenta que dois alunos, ao completarem a maioridade, tinham saído da Colônia “perfeitamente morigerados” e sequer menciona se eles eram bons agricultores. Gabava-se também de haver retirado estes jovens “das garras da barbaria” e colocado “nas mãos da civilização” (Álvares, 1889, p. 1).

Essa é uma visão bastante diferente daquela apresentada pelo agrônomo Antonio Gomes Carmo (1897), que apostava na regeneração do agricultor nacional e queria formar trabalhadores aptos e eficientes no manejo de máquinas agrícolas, capazes de tomar atitudes racionais, calcadas em rudimentos de princípios científicos e que tinha uma atitude de menosprezo ao ‘enxadeiro’, como pejorativamente chamava o agricultor tradicional.

No caso da Colônia Blasiana, a hipótese de Marin (2006) e de Barbosa (2011) de que havia mais preocupação com a morigeração do que com a instrução profissionalizante parece ser razoável, pois foi constatado, também nas leituras das fontes, que havia mais uma crença no processo de morigeração dos trabalhadores através da educação do que a preocupação com a colocação do egresso no mercado de trabalho. O padre Genettes, por exemplo, enfatiza muito o bom comportamento dos colonos, que usam uniformes de brim pardo e bonés azuis com as iniciais da colônia e “[...] antes e depois da refeição, assim como ao recolherem-se e ao levantarem-se cantão lindos hymos apropriados.” (Genettes, 1882, p. 2). Não há uma ênfase nos relatos a

<sup>28</sup> No original: “But to what extent Blasiana functioned in fact as genuine philanthropic institution, as opposed to source of cheap labor for the municipality's land holders, remains unclear”. (McCreery, 2006, p. 179).



respeito da formação profissional com a intensidade que era de se esperar.

## AS AULAS

De acordo com o relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro da SENACOP, D'Avila (1883, p. 169), o ensino era “dividido em três aulas: a de instrução elementar, regida por Antonia Euphrosina de Mello, filha do diretor; a de economia agrícola e rudimentos de agricultura, regida pelo diretor; a de música vocal, regida pelo professor Carlos José da Rocha”. Não havia currículo estruturado, nem divisão do ensino em graus, embora os alunos lá permanecessem até a idade de 21 anos. Não foram encontradas menções a nenhum tipo de bibliografia usada pelos alunos ou pelo professor, apesar de a biblioteca ser um orgulho para o diretor. O único na escola que possuía conhecimentos científicos era o próprio diretor, apesar de ser autodidata, era um polivalente, no dizer de Bertran (2000), que o considerava um historiador afinado com seu tempo<sup>29</sup>. Os relatórios não mencionam laboratórios, campos experimentais de cultura, uso de química agrícola, bem como uso de tecnologia.

O relatório enviado à Assembleia Geral pelo Ministro Affonso Augusto Moreira Penna informa que os alunos “exercitavam-se em trabalhos rurais nas plantações do estabelecimento” (Penna, 1884, p.71)<sup>30</sup>, o que nos faz crer que aprendiam por observação, de maneira empírica, pois não havia uma estrutura curricular e nem professores qualificados. Marin (2006, p. 130) afirma que “os meninos eram educados no e para o trabalho manual”. No relatório de 1886, o Ministro Affonso Augusto Moreira Penna é mais detalhado:

As disciplinas constam de língua nacional, geometria, desenho, arithmetica, geographia e historia do Brazil, doutrina christã, musica vocal, principios de agriologia, principalmente os de zootecchnia no ponto de visto de economia rural, principios de economia agricola e o manejo de instrumentos agrarios.(Penna, 1996 apud Neves, 2011, p. 216).

Todavia, não menciona professores e programas e nem quais eram os instrumentos agrícolas usados. Como aprender manejando arados, gradeadores e charruas, se, provavelmente, não havia esses instrumentos lá? Qual era o programa dessas disciplinas? Quem eram os professores? Que qualificações possuíam? O fato de o relatório do ministro ser baseado nas informações enviadas pelo diretor da própria Colônia Blasiana e delas não se confirmarem em outras fontes de informação, a rigor, não permite considerá-las aceitáveis, pois, provavelmente, o relatório de Mello Álvares estivesse exagerando em suas considerações para justificar maior aporte de recursos.

O relatório de Mello Álvares, escrito em 1889 e enviado à SENACOP em 1890, faz um apelo quase desesperado por verbas, pois a falta de ajuda oficial poderia inviabilizar a instituição. Não se pode deixar de observar que é o primeiro enviado às autoridades do novo regime, daí o desejo de impressionar. Nesse documento, o programa de ensino, bem como as concepções pedagógicas do diretor, está mais detalhado.

1 Conhecimento dos instrumentos agrários, 2 manipulação para preparar a terra para receber as culturas apropriadas, 3 tratamentos dos vegetais, desde a germinação até o completo desenvolvimento, 4 colheita dos produtos, 5 estudo prático sobre estrumes e adubos, 6 tratamentos dos animais domésticos e melhoramentos,

<sup>29</sup> Para Bertran (2000, p. 108), Mello Álvares “houve-se, em fins do Século XIX, com verdadeiros métodos científicos de pesquisa histórica. Para cada um dos anos de 1746 a 1775, compulsou os livros do conselho do julgado, das irmãdades religiosas, os sermões dos vigários de Santa Luzia e os registros das igrejas em geral, testamentos e inventários – enfim toda a papelada sobrevivente dos anteriores 140 anos – quase toda hoje desaparecida. Fez história oral: deve ter-se consultado com octogenários que ainda conservavam velhas legendas do Século XVIII, e deve tê-las cotejado com os documentos à vista. A única obra sobre a história de Goiás que parece ter sido do conhecimento do ilustre luziano foram os Anais da Província de Goiás, de José Maria Pereira de Alencastre: melhor companhia não podia haver para os horizontes da época”.

<sup>30</sup> Segundo o jornal 'O Apóstolo' (Colônia Blasiana, 1884a, p. 2), os “28 educandos ali recebem [...] instruções práticas de agricultura nas plantações do estabelecimento, das quais tiram os meios de subsistência”.



- de Horticultura, a saber: 1 estudos práticos sobre os tecidos elementares dos vegetais, seus órgãos e funções respectivos, 2 enxertia e outras operações próprias de horticultura, prática de jardinagem, embelezamento de parques e irrigações. (Álvares, 1889, p. 9).

E complementava o diretor sobre o sucesso da empreitada: "todos os alunos já sabem aplicar a charrua, a grade e outros instrumentos, empregar os agentes fertilizadores, plantar e cultivar, já tratam animais domésticos e compreendem [o] modo seu melhoramento, são bons agricultores e jardineiros" (Álvares, 1889, p. 5). Entretanto, conforme já dito, talvez tivessem conhecimentos apenas teóricos e não práticos sobre uso de máquinas agrícolas. Contradicoratoriamente, poderia ser também o inverso, pois é possível ainda que eles aprendessem somente por instruções no campo, isto é, de maneira empírica, mas isso implicaria a existência de maquinário agrícola, conforme mencionado anteriormente, o que não foi constatado em outras fontes. Por outro lado, livros para estudos havia em qualidade e quantidade a se confiar na competência dos doadores, porém não se sabe de sua adequação àquele público.

## LIGAÇÕES EXTERNAS

Mello Álvares era continuamente citado como um homem laborioso<sup>31</sup>. Ele possuía contatos com todo o país, mostrando-se influente em suas correspondências com instituições científicas e com o governo da época. Tornou-se sócio correspondente na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1871, e, portanto, pode-se assegurar que, desde essa data, ele tinha acesso a uma literatura modernizante. Era membro desde 1886 da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que publicava estudos sobre geografia agrícola. Também, em 1894, aparece como sócio da Sociedade de Geographia de Lisboa.

Mantinha contatos com vários cientistas e instituições. Emílio Goeldi o agradeceu publicamente pela colaboração.

Dez craneos com galhadas de *C. [Cervus] campestris* recebi directamente do Brazil central, quando no Rio de Janeiro em 1897, por boiadeiros vindos de Goyaz. Foi um presente, que me enviou o Sr. José de Mello Alvaro, Director da Colonia orphanologica Blasiana em Santa Luzia, Estado de Goyaz. Aproveito a occasião para testemunhar-lhe aqui, publicamente, a minha gratidão por tão solícito empenho de auxiliar-me com material nos meus estudos. (Goeldi, 1902, p. 24).

Não deveriam ter contatos assíduos, pois que Goeldi errou na grafia de seu nome duas vezes. Todavia, essa nota permite vislumbrar o interesse que ele tinha pela ciência, pois estava disposto a colaborar com a pesquisa científica.

A maioria de sua correspondência, no entanto, versava sobre pedidos de recursos para sua instituição, e, não sobre assuntos ligados à educação ou à ciência. Também era politicamente hábil: escreveu ao 'Correio Uberabense' (Uma instituição..., 1881, p. 1) informando da criação da Colônia e pedindo ao jornal que a colocasse "sob a sua valiosíssima protecção", e informava que o governador da província "[...] o exm. dr. Leite Moraes acaba de auctorizar-me para contractar um professor de musica, cujo ordenado será pago pela provincia. Anima-me bem mais esta prova que o grande administrador vem de dar do seu genio philantropico e progressista". Estava a procurar um professor em Uberaba, mas o que chama atenção é o elogio ao governador. A adulação aos poderosos sempre fez parte da cultura política brasileira.

## AUXÍLIOS MATERIAIS EXTERNOS (DONATIVOS)

Mello Álvares era muito competente ao apelar para a caridade alheia. São inúmeros os pedidos de donativos que fez pela imprensa. Serão mencionados apenas alguns.

<sup>31</sup> Leal (1892, p. 142) o apresenta como um "homem intelligent, um espirito forte [...], o homem mais entendido em agricultura e economia rural n'este estado", fato não valorizado por Bertran (2000) e pela historiografia em geral.



A biblioteca da Colônia Blasiana era considerada a melhor de Goiás. Segundo Sávio (1911, p. 4-5):

Ainda, para confirmar a minha opinião franca e despretenciosa, devo notar que, depois da capital, S. Luzia é a cidade goiana melhor servida em pharmacia e em bibliothecas particulares, sendo dicto por muitos que a mais preciosa bibliotheca particular de Goiás é a que possue o exmº. sr. cel. José de Mello Alvares.

Mello Álvares não poupou esforços ao realizar pedidos de livros a instituições de norte a sul do país. Pouco mais de um mês após o envio de alguns pedidos a diversas instituições científicas, o jornal 'O Globo' (1883, p. 2) noticiou uma solicitação feita por Mello Álvares à Associação Promotora da Instrução, situada na Corte, para que enviasse "[...]" livros litterarios, agricolas e religiosos [...]" à biblioteca da colônia.

Em nota publicada no jornal 'O Apóstolo', em 2 de fevereiro de 1883, Mello Álvares (1883) agradeceu ao bispo da Diocese de Mariana pela doação de livros religiosos e didáticos enviados à biblioteca da Colônia Blasiana. No ano seguinte, o mesmo jornal anunciava que havia sido criada, na capital de Goiás, uma comissão de notáveis, incumbida de angariar doações de livros, jornais e revistas para a biblioteca da instituição. A comissão foi composta pelos conselheiros "Francisco Antônio de Azevedo, João Gonzaga de Siqueira, João Geraldo Teixeira e José Ignacio da Luz" (Colonia..., 1884b, p. 3). Outra comissão com os mesmos objetivos foi criada posteriormente no Rio de Janeiro. Seus membros eram "os conselheiros Corrêia, Leoncio e Doria" (Colonia..., 1884b, p. 3).

Em 1896, o jornal 'Cidade do Rio' notificou que o Ministério do Interior recomendou "[...]" ao director do Pedagogium que providencie a respeito da remessa de uma colecção da *Revista Pedagogica* ao director da Colonia Blasiana, em Goyaz" (Atos do Ministério..., 1896, p. 2), a qual, possivelmente, servia para auxiliar os professores da colônia na instrução das crianças.

Outra personalidade a enviar livros à Colônia, segundo Álvares (1889), foi José Domingos Nogueira Jaguaribe Filho, fundador do Gabinete de Leitura de Rio Claro, São Paulo, e proprietário da 'Revista Útil' e do jornal 'O Municipal', em São Paulo, além de fundador da Sociedade Pastoril e Agrícola (1895) e proponente da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi também fundador, proprietário e redator da 'Revista Agrícola' paulista, em 1895. Dono de considerável fortuna, Jaguaribe era um incansável defensor da agricultura científica.

Os pedidos atendidos demonstram o prestígio que o diretor da Colônia possuía em todo o território nacional. E também a eficácia do *lobby* criado em Goiás e na capital do Império com essa finalidade. Instituições científicas e religiosas da capital do Império, Rio de Janeiro, de Belém, de São Paulo conheciam e possuíam contatos com a Colônia Blasiana. Os livros doados ampliavam e diversificavam o acervo da biblioteca da colônia. Todos os livros ficariam à disposição para auxílio na catequização religiosa (com bases no catolicismo), para a alfabetização, formação literária e profissional dos alunos. Os de temática agrícola seriam utilizados na capacitação dos meninos, produzindo mão de obra especializada.

Além de exemplares de livros e revistas, também foram solicitadas à SENACOP sementes de diversas plantas de interesse econômico. Tais solicitações foram atendidas graças à influência e ao prestígio de Mello Álvares. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura lhe enviava também sementes sempre que solicitadas. Por exemplo, em 30 de novembro de 1881 foi publicada, no 'Diário do Brazil', uma solicitação ao IIFA para que enviasse ao director da Colônia Blasiana sementes de "[...]" trigo, centeio, cevada, aveia e linho maior [...]" (Solicitou-se..., 1881, p. 3). Provavelmente, foi o próprio Mello Álvares o solicitante.

No dia 10 de fevereiro de 1883, o 'Correio Official' noticiou o recebimento de uma segunda remessa de trigo branco do Chile à Colônia enviada pela SENACOP:



Ao director da colônia Blasiana de S. Luzia, remettendo mais 4 pacotes contendo sementes de trigo branco do Chile, com os quaes fica completa a remessa feita pelo ministerio da agricultura e de que trata o officio desta presidencia n. 67 de 13 de Novembro ultimo, visto terem chegado estragadas algumas latas, perdendo-se assim grande parte de sementes. (Officios, 1883, p. 2).

O trigo branco do Chile é uma variedade possivelmente inexistente na província de Goiás. Observa-se que a Colônia Blasiana era agraciada com o recebimento de sementes enviadas por instituições diferentes, sejam elas particulares, como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ou públicas, como a SENACOP.

Em 19 de janeiro de 1896, a 'Gazeta de Notícias' do Rio de Janeiro informava que foi remetida pelo Instituto Sanitário Federal "[...] 100 cubos de lympha vaccinica para vacinação e revaccinação dos habitantes d'aquella colonia" (Estado do Rio, 1896, p. 2). Note-se que, mesmo em 1896, em pleno regime republicano, a Colônia Blasiana ainda se fazia ouvir.

## **APOIO FINANCEIRO**

Segundo Marin (2006, p. 127), Mello Álvares:

[...] constantemente afirmava, reiterado por outras pessoas, que tirava dinheiro do próprio bolso, para garantir a manutenção da instituição. Todavia, entre pessoas físicas, jurídicas e agentes religiosos, havia cerca de trinta doadores que contribuíam para o orçamento da Colônia, através de donativos em dinheiro, em livros e periódicos, para ampliar o acervo da biblioteca, ou através da doação de animais melhorados, sementes e mudas de plantas.

A Colônia Blasiana, além dos recursos anuais, sempre recebia ajuda financeira extra por parte do governo imperial. Nos anos de 1882 e 1883, a Colônia recebeu

as primeiras doações monetárias, que se destinavam à biblioteca e à banda de música. Na 'Gazeta de Notícias' do dia 24 de dezembro de 1883, foi divulgado o recebimento de uma quantia de 200\$ réis para auxílio da recém-fundada biblioteca<sup>32</sup> (Conferências pedagogicas, 1883, p. 1). Em 1891, a SENACOP publicou um extrato de considerações acerca da indústria agrícola no Brasil, no qual nomeou uma série de instituições que recebiam subsídios, entre elas a Colônia Blasiana.

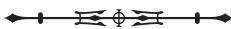
Um ano após a fundação da Colônia Blasiana, ela recebia do governo um montante anual de 5.000\$000 réis, passando a 6.000\$000 depois de dois anos. No ano de 1884, três anos após sua fundação, Mello Álvares apresentou um relatório ao governo da Província informando que seus gastos chegavam a 9.576\$000 réis, para o qual se tornava pequena a quantia recebida de 6.000\$000 réis. Segundo o 'Boletim da Alfândega' do Rio de Janeiro (Lei n. 3349, 1887, p. 3), "[...] 5.500\$, aumento de subvenção á colonia Blaziana, na provincia de Goyas"<sup>33</sup>. Entretanto, apesar de subsídios serem destinados à instituição, os mesmos não eram suficientes.

O prestígio de Mello Álvares e a pressão política da bancada goiana no Congresso não foram suficientes para a manutenção da escola em funcionamento. Vinte anos depois, quando a memória da colônia se esvaía e seu diretor já havia falecido, o Dr. Noles (1915, p. 2) informava que o estabelecimento de ensino havia sido "[...] fechado pelo governo de Manoel Victorino Pereira, quando na presidencia da República substituia o dr. Prudente de Moraes, durante a molestia que obrigou este a deixar a administração por algum tempo".

Em outubro de 1896, depois de intensa luta da bancada goiana, o Congresso aprovou a retirada dos

<sup>32</sup> Essa biblioteca merece um estudo mais detalhado, porém não foram encontradas nas fontes informações a seu respeito. O acervo sobre agricultura poderia servir para corroborar a hipótese de que, de fato, havia uma preocupação com a implantação da agricultura moderna.

<sup>33</sup> É uma quantia considerável, se considerarmos apenas o percentual destinado à educação de órfãos, pois, de um total de 32:000\$000, a instituição goiana abocanhava 5.500\$. Todavia, era muito pouco, se comparado ao montante destinado naquela ocasião a outras instituições. O IIFA sozinho recebeu 48.000\$ e o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, 20.000\$. Como fazer ciência com tão pouca verba?



subsídios que haviam sido concedidos pouco antes à Colônia Blasiana. Nesse ano, a escola teve suas atividades encerradas, com a justificativa de contenção de gastos (Marin, 2006). Na verdade, houve problemas de cunho político com o governo republicano da época, assim como houvera antes com o IIFA, que encerrara suas atividades quatro anos antes, em circunstâncias parecidas. Ambas eram instituições de referência da monarquia, que acrescentavam prestígio ao Imperador e era temerária sua continuidade, pois poderiam trazer constrangimentos ao novo regime.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Colônia Blasiana introduziu novos métodos de cultivo, trouxe novas culturas e promoveu a aclimatação de plantas. Pode-se afirmar, com segurança, que essa instituição fazia uso de irrigação e que plantava em linha. Ela inovou na criação de animais, ao construir estábulos, ao curar doenças do gado, ao promover cruzamentos para melhoria da produtividade. Também inovou ao fundar uma biblioteca e se ligar às principais instituições científicas de seu tempo.

Entretanto, é possível dizer que ela introduziu apenas parcialmente aspectos da agricultura moderna em suas plantações, mas que algumas características importantes da agricultura científica não foram, até o momento, constatadas nas pesquisas, tais como mecanização e ensino agrícola similar ao de outras instituições do gênero à época. Não há publicações de resultados ou relatos de experiências científicas. Apesar dos esforços na aclimatação de plantas e de animais, bem como da menção aos cruzamentos de animais para melhoria do plantel, não foram constatados registros ou informações sobre experimentos cientificamente controlados. A Colônia recebia visitas de pessoas ilustres, mas não de cientistas<sup>34</sup>. Portanto, não se pode afirmar com segurança que a instituição de ensino agrícola profissionalizante realmente fosse responsável pela implantação da agricultura moderna e que servisse de modelo para outros agricultores.

E, finalmente, também não há elementos suficientes para afirmar que ela tenha influenciado nos rumos da agricultura goiana. Para Bertran (2000, p. 29), o

Oitocentos em Goiás é o do viver e produzir moderadamente, da autossuficiência, roçando pelo subsistente, um século de enormes lentidões e vaguidões que desesperava ao industrialista Joseph de Mello Álvares e que ele próprio escarmentava... “vê-se homens vigorosos dignos de melhor sorte... deitarem-se no balcão, onde, em doce ócio, mansa e pacificamente, esperam adquirir fortuna!”<sup>35</sup>.

Boa imagem essa, a de um homem culto a clamar em um deserto... E talvez essa caracterização do contexto histórico goiano do século XIX explique a não proliferação do exemplo da Colônia Blasiana e, possivelmente, até mesmo suas limitações. Faltava em Goiás uma classe social (a burguesia agrária) organizada em associação de classe, com força suficiente para influenciar nos rumos da política agrícola da província e, depois de 1889, do Estado e de instituições científicas e de ensino voltadas para a modernização da agricultura que dessem suporte a essa política.

Por outro lado, Goiás talvez não fosse tão atrasado e tão isolado quanto se imagina. Deveria haver outros homens tão cultos e laboriosos quanto Mello Álvares, que escreviam, mantinham contatos com instituições científicas e intelectuais de prestígio, estavam atualizados em relação à produção científica de seu tempo, inovavam em seus ramos de atividade, mas que permanecem esquecidos pela historiografia.

## AGRADECIMENTOS

Muito obrigado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que apoiou financeiramente esse projeto e ao aluno colaborador Hamilton de Matos Cardoso Júnior.

<sup>34</sup> A Missão Cruls, por exemplo, ficou acampada em Santa Luzia e sequer menciona a Colônia.

<sup>35</sup> Em itálico no original.



## REFERÊNCIAS

- AINDA a lavoura. **Estado de Goyaz**, cidade de Goyaz, anno II, n. 104, 5 jul. 1893. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=244457&PagFis=407>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- ALAVOURA. **Estado de Goyaz**, Goyaz, anno II, n. 103, 24 jun. 1893. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=244457&PagFis=404>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- ÁLVARES, Joseph de Mello. Colônia Blaziana. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, anno XVIII, 2 de fev. 1883. n. 12, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&PagFis=8226>>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- ÁLVARES, Joseph de Mello. Santa Luzia: descripção historica, política e geographica. **O Planalto**, Santa Luzia, anno II, n. 53, 12 ago. 1911. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720020&PagFis=251>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- ÁLVARES, Joseph de Mello. Declaração. **O Planalto**, Santa Luzia, anno I, n. 14, 5 nov. 1910. p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720020&PagFis=85>>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- ÁLVARES, Joseph de Mello. **Relatório da Colônia Blasiana**. Santa Luzia. Santa Luzia (atual Luziânia), 1889.
- A NOSSA lavoura. **Goyaz**, Goyaz, anno XVI, n. 667, 17 dez. 1900. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=246590&PagFis=1392>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- ARAÚJO, Nilton de Almeida. **Pioneerismo e hegemonia**: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). 2010. 366 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ASSEMBLEA provincial. **A Tribuna Livre**, Goyaz, anno III, n. 15, 10 abr. 1880. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717592&PagFis=258>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- ATOS DO MINISTÉRIO do interior. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, anno XI, n. 30, 30 jan. 1896. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/085669/5262>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- D'ÁVILA, Henrique. **Relatório de 1882 apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Henrique d'Avila**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.
- BARBOSA, Andeson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 2011. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as Ciências Agrícolas**. 2011. 265 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Verano, 2000.
- BOTELHO, Carlos. Considerações sobre uma visita à fazenda do Sr. Sancho de Berenguer. **Revista Agrícola**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 85-87, nov. 1895.
- BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, n. 27).
- CARDOSO JR., Hamilton de Matos. Rotina agrícola e agricultura científica na colônia orfanotrófica blasiana, em Santa Luzia, atual Luziânia, GO. In: CASTILHO, Denis; SILVA, Alexander Batista e; DUARTE, Ivonaldo Ferreira (Org.). **Geografia e redefinições territoriais do Cerrado**. Goiânia: Kelps, 2014. p. 93-104. Anais do XIII Encontro Regional de Geografia. Disponível em: <<http://www.agbgoiania.com/publicacoes/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- CARMO, Antônio Gomes. **Reforma da agricultura brasileira**. [Rio de Janeiro]: Imprensa da Casa da Moeda, 1897. 191 p.
- CATALOGO dos objectos que figurarão na exposição desta Província. **Correio Oficial**, Goyaz, n. 181, 18 maio 1867. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&PagFis=555>>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- COLONIA blaziana. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, anno XIX, n. 1, 4 jan. 1884. Secção Noticiosa, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&PagFis=8737>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- CONFERENCIAS PEDAGOGICAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, anno IX, n. 358, 24 dez. 1893. p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_02&PagFis=6310](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=6310)>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- CRULS, Luiz. **Relatório Cruls**: relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2012. 380 p.
- CULTURA do trigo. **Correio Paulistano**, São Paulo, anno XXIX, n. 7907, 29 jan. 1883. p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&PagFis=3751](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&PagFis=3751)>. Acesso: 22 abr. 2015.
- DANTES, Maria Amélia M. Introdução. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. p. 13-20.
- DEAN, Warren. The green wave of coffee: beginnings of tropical agricultural research in Brazil (1885-1900). **The Hispanic American Historical Review**, v. 69, n. 1, p. 91-115, Feb. 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2516164>>. Acesso em: 14 mar. 2015.



DOIS PODERES em sua órbita. **A Tribuna Livre**, Goyaz, anno III, n. 16, 17 abr. 1880. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717592&PagFis=263>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **Ciências**: um caso de política – as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império. 1995. 321f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DR. NOLES. Noções de tudo. **O Planalto**, Santa Luzia, anno VI, n. 186, 1915. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720020&PagFis=792>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

ESTADO do Rio. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, anno XXII, n. 19, 19 de jan. de 1896. p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_03&PagFis=13456](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&PagFis=13456)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

EXPEDIENTE da presidência. **Correio Official**, Goyaz, anno XLV, n. 35, 2 set. 1882. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&PagFis=3797>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FERRARO, Mário Roberto. **Ciência, meio ambiente e cultura na Belle Époque paulista**: o “day after” da lavoura cafeeira. 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **Modernos bandeirantes**: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1866-1931). 1987. 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça (Coord.). **Um século de pesquisa em geociências**. São Paulo: Instituto Geológico, 1985. 96 p.

GENETTES, Raymundo Henrique des. Colônia Orphanológica. **A Tribuna Livre**, Goyaz, anno V, n. 283, 15 jul. 1882. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717592&PagFis=729>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOELDI, Emílio. **Estudos sobre o desenvolvimento da armação dos veados galheiros do Brazil (*Cervus paludosus*, *C. campestris*, *C. wiegmanni*)**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1902. (Memórias do Museu Goeldi, n. 3). 52 p.

JATAHY. **Estado de Goyaz**, Goyaz, anno III, n. 111, 17 set. 1893. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=244457&PagFis=427>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

KLUG, João. A Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1875) e os seus impactos na produção agropecuária e nas ciências naturais. In: NODARI, Eunice; KLUG, João (Org.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 139-149.

LAVOURA. **Estado de Goyaz**, Goyaz, anno II, n. 86, 25 fev. 1893. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=244457&PagFis=337>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

LEAL, Oscar. **Viagem às terras Goyanas (Brazil Central)**. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1892. 255 p.

LEI N. 3349 – de 20 de outubro de 1887. **Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano V, n. 22, 24 nov. 1887. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=070378&PagFis=1260>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a botânica paulista: região campestre - memória das excursões botânicas de 1887, 1888, 1889. **Boletim da Comissão Geográfica Geológica do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 5, p. 1-51, 1890.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997. 369 p.

MARIN, Joel Orlando Bevílaqua. Ensino profissionalizante em Goiás: a experiência pioneira da Colônia Blasiana. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 111-137, jan.-jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1495>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MCCREERY, David. **Frontier Goiás, 1822-1889**. Stanford: Stanford University Press, 2006. 297 p.

MELONE, Reginaldo. **Ciência e produção agrícola**: a Imperial Estação Agronômica de Campinas (1887-1897). São Paulo: Humanitas/FFICHE/USP, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Saber e poder no Brasil**: o ensino agrícola na Primeira República. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 1994.

MONOGRAFIA. Município de Santa Luzia. **Estado de Goyaz**, Goyaz, anno V, n. 171, 12 dez. 1895. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/244457/629>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MUNICIPIO do Jatahy. Lei n. 2 de 5 de outubro de 1893. **Estado de Goyaz**, Goyaz, anno III, n. 123, 11 fev. 1894. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=244457&PagFis=470>>. Acesso em: 15 abr. 2015.



NATIVIDADE. **Norte de Goyaz**, Porto Nacional, anno VII, n. 148, 15 nov. 1911. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120685&PagFis=319>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. Instrução pública nos relatórios oficiais e na correspondência do império: bispo, asilo e ultramontanismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 43e, p. 211-223, out. 2011. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3177/2839>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

OFFICIOS. **Correio Official**, Goyaz, anno XLVI, n. 6, 10 fev. 1883. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&PagFis=3890>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

O GLOBO, Rio de Janeiro, anno II, 5 fev. 1883. p. 2, n. 447. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/369381/6672>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

OLIVER, Graciela de Souza. **Institucionalização das ciências agrícolas e seu ensino no Brasil/1930-1950**. São Paulo: Annablume, 2009. 296 p.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. **Relatório apresentado à Assembleia pelo Ministro Affonso Augusto Moreira Penna**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884. 406 p.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174, maio-ago. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222008000200003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000200003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

PLANO para estábulos. **Revista de Engenharia**, Rio de Janeiro, n. 155, 1887. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709743&PagFis=2212>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

ROCHA, Fernanda Franco. **Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

RODRIGUES, Ana Duarte. The Orange Folly and its dissemination from the Iberian Peninsula to the Old and New Worlds. In: INTERNATIONAL CONFERENCE. OLD AND NEW WORLDS: THE GLOBAL CHALLENGES OF RURAL HISTORY, 1., 2016, Lisbon. **Anais...** Lisbon: ISCTE/IUL, 2016. Disponível em: <<https://lisbon2016rh.files.wordpress.com/2015/12/onw-0213.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SAMPAIO, Theodoro. Considerações geográficas e econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema. **Boletim da Comissão Geographica Geológica do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 4, p. 87-156, 1890.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. **O papel das escolas agrícolas na introdução da racionalidade científica no Pará (1860-1912)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SÁVIO, Tolentino. O futuro de Santa Luzia. **O Planalto**, Santa Luzia, anno I, n. 52, 6 ago. 1911. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720020&PagFis=244>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). 2009. 225 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

SOLICITOU-SE do mesmo imperial instituto sementes... **Diário do Brazil**, Rio de Janeiro, anno I, n. 151, 30 nov. de 1881, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=225029&PagFis=559>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

UMA INSTITUIÇÃO utilíssima. **Correio Uberabense**, Uberaba, anno II, n. 72, 16 out. 1881. p. 1-2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/816825/17>>. Acesso em: 17 set. 2016.

VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio. Entre enxadas e máquinas: ensino agrícola, trabalho, tradição e modernização na agricultura. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 45, p. 223-240, mar. 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art15\\_45.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art15_45.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2016.

